



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

RENER PIEROTE SOUZA

**CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR -**  
A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO  
GERENCIAL - UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA FUNDAÇÃO DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UESB (FADCT) NO ANO  
DE 2014 NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2015

RENER PIEROTE SOUZA

**CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR -**  
A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO  
GERENCIAL - UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA FUNDAÇÃO DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UESB (FADCT) NO ANO  
DE 2014 NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para Obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Área de Concentração: Contabilidade do Terceiro setor

Orientador: Prof. Me. Abmael da Cruz Farias.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2015

S969c Souza, Rener Pierote.

Contabilidade do terceiro setor – a importância das demonstrações contábeis no processo gerencial – um estudo de caso realizado na fundação de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico da UESB (FADCT) no ano de 2014 na cidade de Vitória da Conquista - Ba. / Rener Pierote Souza, 2015.

66f.

Orientador (a): Me. Abmael da Cruz Farias.  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

Inclui referências. 47- 48.

1. Contabilidade – Terceiro setor. 2. Demonstrações contábeis. 3. FADCT- UESB. I. Farias, Abmael da Cruz. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. T

*Catálogo na fonte:* Juliana Teixeira de Assunção

UESB – Campus de Vitória da Conquista - BA

RENER PIEROTE SOUZA

**CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR -**  
A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO  
GERENCIAL - UM ESTUDO DE CASO REALIZADO NA FUNDAÇÃO DE APOIO AO  
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UESB (FADCT) NO ANO  
DE 2014 NA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA) como requisito parcial para Obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Área de Concentração: Contabilidade do Terceiro setor

Orientador: Prof. Me. Abmael da Cruz Farias.

Vitória da Conquista, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Abmael da Cruz Farias  
Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP  
Professor da UESB  
Orientador

Flávio José Dantas da Silva  
Especialista em Auditoria Fiscal Contábil (UFBA)  
Professor da UESB

Mario Augusto Carvalho Viana  
Mestre em Ciências Sociais pela PUC - SP  
Professor da UESB

A todos aqueles que me apoiaram até aqui, principalmente, à minha família, que sempre acreditou em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me dado forças para conseguir chegar até aqui e muito mais do que imagino. Agradeço a toda minha família, por fazerem de mim quem eu sou com minhas qualidades e defeitos e me apoiarem nesta etapa da vida, os quais irei carregar durante minha vida pessoal e profissional. Agradeço à minha companheira, por ter me compreendido e apoiado durante esses últimos anos de vida acadêmica.

O sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder entusiasmo.  
(WINSTON CHURCHILL)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo destacar a importância da elaboração e utilização das demonstrações contábeis em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade para o processo gerencial da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UESB (FADCT) onde será estudada a estrutura e elaboração das demonstrações segundo as Normas e a importância de sua utilização no processo gerencial segundo aspectos teóricos e doutrinários. Na pesquisa verifica-se as demonstrações contábeis da FADCT em relação ao cumprimento das normas e a sua utilização no processo de gestão da entidade. A pesquisa se mostra relevante, pois trata da aplicação da contabilidade em uma Fundação que utiliza recursos de terceiros para promover o desenvolvimento de atividades que trazem benefícios à Sociedade na qual está inserida. Este estudo promove a geração de conhecimento na área específica, o que contribui com o meio acadêmico servindo como base para discente, docentes e profissionais da área. Nesta pesquisa foi comprovado que a FADCT não elabora todas as demonstrações e estas estão parcialmente em conformidade com a legislação do setor, sendo observadas as normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao segmento, notando-se a carência de sua utilização para tomada de decisões. Os principais autores das obras que foram utilizadas para realização da pesquisa são Valmor Slomski, Paulo Arnaldo Olak, Silvério das Neves, Paulo E. Viceconti e Antônio Carlos Ribeiro da Silva. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa realizada como um estudo de caso, utilizando-se como procedimento metodológico principal a pesquisa bibliográfica, e também, como instrumentos de coleta de dados, a pesquisa documental.

**Palavras-chave:** Contabilidade. Terceiro Setor. Fundação. Demonstrações Contábeis.

## **ABSTRACT**

This research aims to highlight the importance of preparation and use of financial statements in accordance with the Standards Brazilian Accounting for the management process of the Support Foundation for Scientific and Technological Development of UESB (FADCT) where we will study the structure and preparation of demonstrations according to the Rules and the importance of its use in the management process by theoretical and doctrinal aspects. In research there is the financial statements of FADCT in relation to compliance and its use in the entity's management process. The research shows relevant because it deals with the application of accounting on a foundation that uses third-party resources to promote development activities that benefit the society in which it operates. This study promotes the generation of knowledge in the specific area, which contributes to the academic community serving as a base for students, teachers and professionals. This research proved that the FADCT does not work out all demonstrations and these are partly consistent with the sector legislation, being in compliance with the Brazilian Accounting rules applicable to the sector, noting the lack of its use for decision making. The main authors of the works that were used to conduct the survey are Valmor Slomski, Paulo Arnaldo Olak, Silvério das Neves, Paulo E. Viceconti and Antonio Carlos Ribeiro da Silva. The research has a qualitative approach carried out as a case study, using as main methodological approach to literature, as well as data collection instruments, the documentary research.

**Keywords:** Accounting. Third Sector. Foundation. Accounting Statements.

## LISTA DE ABREVIATURAS

BP – Balanço Patrimonial  
CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social  
CRCRS – Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul  
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido  
CTN – Código Tributário Nacional  
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa  
DLPA – Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados  
DMPL – Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido  
DMPS – Demonstração das Mutações no Patrimônio Social  
DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos  
DRE – Demonstração do Resultado do Exercício  
DSDE – Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício  
ESFL – Entidades Sem Fins Lucrativos  
FADCT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UESB  
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social (Contribuição Social Previdenciária)  
IOF – Imposto sobre Operações Financeira  
IPI – Imposto Sobre Produtos Industrializados  
IR – Imposto de Renda  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa jurídica  
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte  
ITG – Interpretação Técnica Geral  
NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas  
ONGs – Organizações não Governamentais  
OS – Organização Social  
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
PIS – Programa de Integração Social  
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
UPF – Utilidade Pública Federal  
SRF – Secretaria da Receita Federal do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 TEMA .....	12
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA .....	12
1.3 OBJETIVOS .....	12
1.3.1 Objetivo geral.....	12
1.3.2 Objetivos Específicos.....	12
1.4 HIPÓTESE.....	12
1.5 JUSTIFICATIVA .....	13
1.6 RESUMO METODOLÓGICO.....	13
1.7 VISÃO GERAL.....	14
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>14</b>
2.1 MARCO CONCEITUAL .....	14
2.2 MARCO TEÓRICO .....	16
2.2.1 Terceiro Setor.....	16
2.2.1.1 Origem do Terceiro Setor.....	17
2.2.1.2 Características do Terceiro Setor.....	17
2.2.1.3 Aspectos tributários do Terceiro Setor .....	18
2.2.1.3.1 Imunidade .....	19
2.2.1.3.2 Isenção .....	21
2.2.2 Fundações.....	23
2.2.2.1 Aspectos gerais de uma fundação.....	23
2.2.2.2 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UESB - (FADCT) .....	24
2.2.2.2.1 Histórico.....	25
2.2.2.2.2 Missão .....	25
2.2.2.2.3 Visão .....	25

2.2.2.2.4 Valores .....	26
2.2.2.2.5 Área de Atuação.....	26
2.2.2.2.6 Desafios .....	26
2.2.2.2.7 Serviços.....	26
2.2.3 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Terceiro Setor .....	27
2.2.4 Demonstrações Contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Terceiro Setor .....	29
2.2.4.1 Balanço Patrimonial .....	30
2.2.4.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício .....	31
2.2.4.3 Demonstração das Mutações no Patrimônio Social .....	31
2.2.4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	32
2.2.4.5 Notas Explicativas .....	32
2.2.5 Importância da Elaboração das Demonstrações Contábeis.....	33
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>34</b>
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>36</b>
4.1 QUANTO À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÃOE CONTÁBEIS .....	36
4.2 QUANTO À UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÃOE CONTÁBEIS NO PROCESSO GERENCIAL.....	39
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
5.1 QUANTO AO PROBLEMA .....	40
5.2 QUANTO AOS OBJETIVOS .....	41
5.3 PERSPECTIVAS PARA NOVAS PESQUISAS .....	42
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>43</b>
<b>APENDICES .....</b>	<b>45</b>
APÊNDICE A – CHECK LIST.....	45
<b>ANEXOS .....</b>	<b>54</b>
ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL.....	54
ANEXO B– DRE .....	57

ANEXO C– DMPL .....	58
ANEXO D – NOTAS EXPLICATIVAS .....	59

## 1 INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor congrega as organizações que, embora prestem serviços públicos, produzem e comercializam bens e serviços. Não são estatais, nem visam lucro financeiro como os empreendimentos privados, estando incluídas aqui, portanto, as associações e as fundações (sociedades sem fins lucrativos). Ele tem características específicas e diversas do primeiro e do segundo setor, ao mesmo tempo em que possui forte relação com estes, sendo considerado híbrido. É representado pelas entidades sem finalidade de lucro. Os recursos financeiros são oriundos da própria atividade, além de doações, subvenções e financiamentos que devem ser aplicados integralmente na própria atividade a qual foi instituída, discriminadas em estatuto.

Em termos mundiais é responsável por prestar serviços de caráter público, que mobilizam grande volume de recursos humanos e materiais, estimulando iniciativas voltadas para o desenvolvimento social. É visto sendo de extrema importância como parceiro do Estado para prover as necessidades da população, atuando em áreas onde o governo, sobrecarregado, deixa de atuar, beneficiando a sociedade como um todo. A boa gestão é fundamental nestas instituições para que possam cumprir suas finalidades.

A Contabilidade é uma importante ferramenta nas organizações do terceiro setor, pois auxilia na transparência exigida a entidades sem finalidade de lucro, devendo ser utilizada também como instrumento de auxílio à gestão para tomada de decisões. As demonstrações contábeis devem conter informações detalhadas a fim de exibir com clareza as origens e as aplicações dos recursos operacionalizados. A má interpretação destas demonstrações pode causar prejuízos como perda de isenções, confiabilidade, parcerias e credibilidade.

As demonstrações contábeis devem ser utilizadas como referência para o processo gerencial, pois elas contêm informações essenciais sobre a real situação patrimonial e financeira da entidade. Estas informações são fundamentais para definir o curso da gestão de maneira mais eficiente, auxiliando o gestor na tomada das decisões.

Esta pesquisa foi realizada tendo como foco a importância da elaboração e interpretação das Demonstrações Contábeis, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao terceiro setor, visto que possuem tratamentos peculiares que não são comuns a entidades de outros setores.

## **1.1 TEMA**

Contabilidade do Terceiro Setor.

## **1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA**

Qual a importância da elaboração das demonstrações contábeis aplicadas ao Terceiro Setor em conformidade com as normas Brasileiras de Contabilidade para o processo gerencial em instituições sem fins lucrativos?

## **1.3 OBJETIVOS**

### **1.3.1 Objetivo geral**

Estudar sobre a importância da elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao terceiro setor para o processo gerencial em instituições sem fins lucrativos – estudo de caso praticado na Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UESB no ano de 2014 na cidade de Vitória da conquista - BA.

### **1.3.2 Objetivos Específicos**

- a) Estudar a estrutura e elaboração das Demonstrações Contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade do Terceiro Setor;
- b) Estudar a importância da elaboração e utilização das Demonstrações Contábeis para o processo gerencial no Terceiro Setor segundo aspectos teóricos e doutrinários;
- c) Verificar na FADCT se as demonstrações contábeis atendem às normas brasileiras de Contabilidade relativas ao Terceiro Setor e são utilizadas como recursos no processo gerencial da entidade;

## **1.4 HIPÓTESE**

As Demonstrações Contábeis da Fundação UESB, não são elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao terceiro setor,

resultando na perda dos benefícios destinados ao setor como imunidade e isenção tributária previstas no Código Tributário Nacional.

A instituição também não utiliza de suas demonstrações para compor o processo gerencial, privando o gestor de informações que poderiam contribuir para tomada de decisões.

## **1.5 JUSTIFICATIVA**

A pesquisa se mostra relevante, pois trata da contabilidade aplicada em uma instituição do terceiro setor que utiliza recursos de terceiros, muitas vezes públicos, para promover o desenvolvimento de atividades que trazem benefícios à Sociedade na qual está inserida. Uma boa gestão destes recursos garante o funcionamento e continuidade destas entidades para que cumpram com suas finalidades.

Neste sentido, este estudo ressalta a importância das demonstrações contábeis para o processo gerencial em organizações do terceiro setor, servindo de apoio para os gestores de tais entidades e profissionais que atuam nesta área.

Este estudo promove a geração de conhecimento na área específica, o que contribui com o meio acadêmico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, servindo de base para discentes e docentes do curso de ciências contábeis que possam necessitar de referências sobre esta temática, para melhor compreensão do assunto e desenvolvimento profissional na área abordada.

No âmbito pessoal, a relevância da pesquisa está no aperfeiçoamento profissional do pesquisador, em função de necessidades identificadas no processo de maior aprofundamento sobre a utilização das demonstrações contábeis como recurso de auxílio à gestão em seu ambiente de trabalho, que é uma fundação, onde os recursos recebidos para a realização de convênios e projetos devem ser aplicados da melhor maneira possível, garantindo, através de processos gerenciais adequados, a continuidade das atividades da organização.

## **1.6 RESUMO METODOLÓGICO**

Esta pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa sobre a Contabilidade aplicada ao terceiro setor, especificamente um Estudo de Caso desenvolvido a partir da análise em uma fundação privada, onde foram utilizados como instrumento de coleta de dados procedimentos metodológicos como a pesquisa bibliográfica e análise documental.

## **1.7 VISÃO GERAL**

Esta pesquisa conta com cinco capítulos que explanam assuntos acerca do tema escolhido, demonstram os resultados encontrados e indicam as peculiaridades da área de concentração. O referencial teórico foi dividido em dois capítulos, sendo eles Marco Conceitual e Marco Teórico, onde se encontram os conceitos relativos à pesquisa. Conta também com análise dos dados e por fim as considerações finais. Estão anexas a este trabalho as demonstrações contábeis da FADCT que reforçam a comprovação dos resultados obtidos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A presente pesquisa acerca da contabilidade do terceiro setor, voltada para fundações, necessita de bases pré-definidas amparadas em conceitos teóricos para, a partir disso, fundamentar o objetivo deste trabalho e sustentar a relevância do tema para a comunidade científica e o meio contábil. Este capítulo é dedicado à apresentação do embasamento teórico, com a finalidade de um correto entendimento acerca do tema.

Serão apresentados conceitos de Contabilidade, Terceiro Setor, Fundação e a relação desta com o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade. Foi dividido em duas partes: marco conceitual e marco teórico.

### **2.1 MARCO CONCEITUAL**

A Contabilidade é uma ciência social que tem por objeto o estudo do patrimônio das entidades, bem como as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no mesmo. Tem a função de captar, registrar, acumular, estudar e analisar os fenômenos contábeis originados da gestão patrimonial de pessoas físicas ou jurídicas.

Para SANTOS (2005, p. 63), “Os principais fins da contabilidade são os de assegurar o controle do patrimônio e fornecer informações sobre sua composição e as variações patrimoniais, bem como sobre o resultado das atividades econômicas desenvolvidas pelas entidades”.

Esta pesquisa trata da Contabilidade aplicada ao terceiro setor, especificadamente uma fundação, onde é verificado se as demonstrações contábeis elaboradas pela Instituição correspondem ao que deve ser realmente realizado no terceiro setor, observando as normas e leis que regem este segmento.

Terceiro Setor é a denominação utilizada para identificar entidades sem fins lucrativos, que são constituídas sob a forma jurídica de direito privado. Estes órgãos têm por finalidade corresponder ao interesse geral da sociedade, por ter uma atuação difusa e coletiva, sem qualquer limitação quanto ao atendimento de seus usuários. Por serem de direito privado, as entidades do terceiro setor não estão submetidas às limitações impostas ao Estado. As atividades são realizadas com base nos laços de solidariedade entre os indivíduos, no espírito de voluntariado e no bem comum.

Basicamente, o terceiro setor é composto pelas Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) responsáveis por ações de cunho social, que não se enquadram como sendo do primeiro ou do segundo setor. Segundo Olak e Nascimento:

[...] A expressão *sem fins lucrativos*, largamente usada para designar as entidades fora do contexto do Estado e do mercado (que congrega entidades de fins econômicos), não reflete por si só, o que são e qual o efetivo papel que desempenham no contexto social, econômico e político contemporâneo. (OLAK; NASCIMENTO, 2009, p. 01)

Participam do terceiro setor as fundações, associações e demais entidades beneficentes, os fundos comunitários, as entidades sem fins lucrativos, as ONGs, Institutos Empresariais, Associações Comunitárias, Entidades Assistenciais e Filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos.

A fundação é uma entidade criada com fins determinados pela vontade de seus instituidores, formada através da atribuição de personalidade jurídica a um complexo de bens livres, que corresponde ao patrimônio que será administrado por órgãos autônomos em conformidade com as previsões do estatuto.

Sendo assim, França aborda que a fundação:

[...] consiste em um complexo de bens destinados à consecução de fins sociais e determinados e, como *universitas bonorum*, ostenta papel valoroso e de extremo relevo dentro das sociedades em que se insere, pois é instrumento efetivo para que os homens prestem serviços sociais e de utilidade pública diretamente a todos aqueles que necessitam, bem como possam transmitir às sucessivas gerações seus ideais e convicções, e seguir atuando. (FRANÇA; et al, 2015, p. 24)

Os principais autores das obras que foram utilizadas para realização da pesquisa, são Valmor Slomski, Paulo Arnaldo Olak, Silvério das Neves, Paulo E. Viceconti e Antônio Carlos Ribeiro da Silva.

## 2.2 MARCO TEÓRICO

### 2.2.1 Terceiro Setor

De acordo com Slomski (2012, p.1) a tipologia organizacional define as organizações a partir de três grandes setores, o Primeiro representado pelas empresas estatais, o Segundo representado pelas empresas privadas que visam obter lucro, e o Terceiro Setor composto por entidades privadas que atuam sem finalidade principal de lucro, com atuações de interesse público.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade as Entidades de Interesse Social que compõem o Terceiro Setor:

[...] contemplam uma ampla variedade de instituições privadas que atuam nas mais diversas áreas de interesse público, tais como promoção da assistência social, educação, saúde, defesa do meio ambiente e pesquisas científicas, entre outras e, para a consecução das finalidades a que se propõem, essas entidades adotam a forma jurídica de associação ou de fundação, ambas previstas pelo Código Civil Brasileiro. (CFC, 2008, p.23)

Ainda neste contexto, França define Terceiro Setor como:

[...] aquele que não é público e nem privado, no sentido convencional desses termos; porém, guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem o objetivo do lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do Governo (administração estatal). (FRANÇA; *et al*, 2015, p. 25)

Desta forma, o Terceiro Setor é formado por instituições não governamentais, a partir da participação voluntária, com a finalidade de atender os interesses públicos em diferentes áreas e segmentos, indo além da perspectiva filantrópica e de caridade, passando a atuar de forma técnica e profissional.

Essas instituições utilizam de recursos de terceiros (públicos ou privados) para realizar projetos e convênios que promovem melhorias para a sociedade. Neste sentido, verifica-se uma cobrança maior em relação à transparência na contabilidade e prestação de contas deste tipo de entidade em relação às empresas que compõem o segundo setor (mercado).

Na atualidade o Terceiro Setor passa a ter papel fundamental e foi levado para a condição de importante parceiro do Estado nas políticas públicas da área social, segundo Santos (2010, p. 21). O Brasil avançou em questões sociais como o combate à fome, a

ascensão de inúmeros brasileiros à classe média e maior acesso à educação graças às atividades desenvolvidas por estas entidades.

### ***2.2.1.1 Origem do Terceiro Setor***

A expressão Terceiro Setor foi utilizada inicialmente nos Estados Unidos, com o objetivo de designar a atuação de organizações voluntárias e sem fins lucrativos, criadas pela sociedade civil, tais como hospitais, universidades, igrejas, bibliotecas e outros tipos de organizações sociais.

Em meados da década de 1980, esse termo passou a ser largamente empregado por pesquisadores europeus. Na Europa a expressão é mais utilizada para expressar caridade, enfatizando aspectos ligados a doações.

Falconer (1999, p.22 apud OLAK; NASCIMENTO, 2009, p. 2) ressalta que a expressão ONG foi incorporada ao vocabulário brasileiro após a Conferência Rio-92, em função de temas relacionados ao meio ambiente, direitos humanos e organização da participação social entre outros, nas áreas de atuação destas organizações.

Amaral relata que:

A mídia só começou a reconhecer as ONGs durante a ECO'92, Conferência das Nações Unidas o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, considerado o maior evento ambiental do século 20. [...] Nas décadas de 1990 e 2000 é inaugurada uma nova era na qual o mercado tenta compreender a importância do conceito de responsabilidade social e os empresários passam a se preocupar com a confecção de produtos seguros e produzidos sem danos ambientais. (AMARAL, 2006 apud BETON, 2009, p. 18)

No Brasil, a denominação Terceiro Setor ganhou força partir da década de 1990, com a disponibilização de fundos governamentais para as entidades sem fins lucrativos que teve consequências a criação de regras para a gestão de recursos públicos, e a normatização para qualificar as Organizações Sociais – OS, e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse público – OSCIP.

### ***2.2.1.2 Características do Terceiro Setor***

Uma das suas principais características está na sua origem, ou seja, o fato de surgirem a partir de ações de cunho privado com atuações que buscam benefícios sociais, compartilhando entre características do mercado e as atribuições do Estado. Dois fatores

importantes se tornam características exclusivas que diferenciam o terceiro setor dos demais: não distribuem lucro, como ocorre nas organizações pertencentes ao setor privado, tampouco estão sujeitas ao controle estatal, como as organizações do setor público.

Assim, ao comparar estas entidades com os outros tipos de organizações são consideradas como características mais particulares do Terceiro Setor, o fato de serem privadas, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e capazes de gerenciar suas próprias atividades. São criadas a partir de ações voluntárias, com suas atividades definidas pelos associados ou fundadores, estes ligados à organização por razões filosóficas. Suas atividades servem para o cumprimento dos objetivos sociais a que a entidade se propôs, com ações de interesses coletivos e propósitos públicos.

De acordo a Comissão de Estudos do Terceiro Setor do CRCRS:

[...] Os Recursos são oriundos da própria atividade, além de doações, subvenções e financiamentos, sendo que a sua aplicação deve ser integralmente na própria atividade a qual foi instituída, de acordo o estatuto. No caso de eventual superávit estes não devem ser distribuídos aos associados/membros. Portanto, o resultado superavitário deverá ser reinvestido nas atividades-fins da entidade. (CRCRS, 2011, p. 13)

Apesar da variedade de instituições que compõem o Terceiro Setor, elas possuem algumas características em comum. Dessas, ressalta-se a mais importante como sendo o fato de atuarem na busca do bem comum e da satisfação de necessidades sociais. Estas instituições se caracterizam também, apesar de não se constituírem de caráter público, por desenvolverem um trabalho de interesse social ou público.

Destaca-se, também, a importante característica comum que é a de tais entidades não manterem um vínculo mercantil com a sociedade, pois não estão voltadas para a obtenção de lucro no sentido dos interesses capitalistas.

As receitas das organizações do Terceiro Setor são normalmente advindas de doações, prestações de serviços, parcerias e acordos com o poder público, e são revertidas para a própria instituição, não ocorrendo distribuição de lucros entre seus associados ou empregados.

### ***2.2.1.3 Aspectos tributários do Terceiro Setor***

Representado pelas entidades consideradas beneficentes de assistência social, o Terceiro Setor movimentava um grande volume de recursos e obtém isenções e imunidade tributárias garantidas pela Constituição Federal. Segundo o CFC (2008, p.37), pelo fato de

atuarem como parceiras do estado para atender determinadas necessidades sociais, há forte tendência por parte do Poder Público em incentivar a ampliação do número de entidades de interesse social, ora facilitando o seu surgimento, ora favorecendo sua permanência no mercado.

Esse favorecimento pode ocorrer de várias formas, porém, a principal delas é a concessão de benefícios de ordem tributária. Estes benefícios são conhecidos como imunidades ou isenções de tributos, decorrentes de dispositivos legais.

Faz-se necessário, inicialmente, realizar a distinção mais detalhada entre imunidade e isenção.

#### 2.2.1.3.1 Imunidade

A imunidade é uma garantia constitucional, ou seja, é a proibição garantida constitucionalmente que impede os poderes tributadores de instituir tributo em relação a certas pessoas, entes ou em determinadas situações.

Essa proibição de tributar decorre do reconhecimento das atividades destas entidades, que são consideradas pelo Poder Público como atividades relevantes à sociedade, segundo o CFC (2008, p. 37). Assim, a legislação exclui tais entidades do alcance da tributação.

De acordo Cruz, Carvalho e Moraes (p. 6), a Constituição Federal fixa limites à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios quanto à tributação. Em seu art. 150, inciso VI, alínea “c” está indicado quais são as entidades imunes à tributação de seu patrimônio, renda ou serviços. São elas:

- a) os partidos políticos e as fundações por eles instituídas;
- b) as entidades sindicais dos trabalhadores;
- c) as instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.

A lei não deixa claro quais são as instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, sendo assim, para que estas gozem da imunidade mencionada na Constituição Federal, elas devem cumprir todos os requisitos estabelecidos pelo Código Tributário Nacional – CTN e pela Lei nº 9.532/97.

Conclui-se, desse modo, que todas as fundações de direito privado e associações que tenham como finalidade estatutária a educação, a saúde e/ou a assistência social são imunes à tributação de seu patrimônio, de sua renda e de seus serviços, desde que relacionados com suas finalidades.

O CTN em seu art. 14 impõe às ESFL as seguintes condições para o reconhecimento da imunidade:

- a) não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título, inclusive de remunerar seus dirigentes;
- b) aplicar integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e
- c) manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Sendo assim:

O artigo 14 do CTN prevê o cumprimento simultâneo de três requisitos para o gozo da imunidade. O primeiro deles é a vedação de distribuição de parcelas do patrimônio ou rendas da entidade, o qual visa impedir que pessoas de má-fé venham a criar entidades ditas educacionais ou assistenciais cujo real objetivo seja “assistir” os próprios instituidores. (SZAZI, 2006, p. 47)

Um dos requisitos para o gozo da imunidade é a não remuneração dos dirigentes da entidade. No entanto houve recentemente uma alteração através da Lei nº 13.151 de julho de 2015 onde se verifica a possibilidade de remuneração dos dirigentes de Associações assistenciais e Fundações desde que estes “atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações”.

Outra condição para imunidade a ser observada é a escrituração completa e guarda dos documentos contábeis. Tanto o CTN quanto a Lei nº 9.532/97 apontam a obrigatoriedade de se manter a escrituração completa das receitas da entidade em livros revestidos de formalidade que assegurem a respectiva exatidão. “A entidade deverá manter adequada escrituração de suas receitas e despesas, por contabilista habilitado, em livros que possibilitem confirmar a correção dos lançamentos nele efetuados” (SZAZI, 2006, p. 49).

A partir de 2012, com a revogação das normas NBC-T nº10.4 - Fundações; NBC-T 10.18 - Entidades Sindicais e Associações de Classe; e NBC-T 10.19 - Entidades sem Finalidade de Lucro, os procedimentos contábeis para as organizações do Terceiro Setor passaram a ser regidas pela ITG 2002 (R 1).

Esta norma exige a escrituração, também, dos fatos não financeiros, como o registro das gratuidades, dos benefícios fiscais (isenções e imunidades), e do trabalho voluntário, como se os valores tivessem sido recebidos ou pagos.

Tributos alcançados pela imunidade:

- a) ITR – Imposto Territorial Rural;
- b) IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;
- c) ITCMD – Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* ou Doação de Bens e Direitos;
- d) IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano;
- e) ITBI – Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis.
- f) IR – Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza.
- g) ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de transporte intermunicipal, interestadual e de comunicação, no que tange aos serviços de transporte e comunicação;
- h) ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza.

Ressalta-se que a imunidade compreende somente impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as atividades essenciais da entidade. Caso sejam prestados serviços adicionais, apenas como meio de arrecadar fundos, estes não estarão imunes à tributação, sendo devidos todos os impostos previstos para o exercício destas atividades. Também não está abrangido pela imunidade o imposto de renda sobre os rendimentos auferidos nas aplicações no mercado financeiro pelo fato de não ser considerada como finalidade essencial das organizações do Terceiro Setor.

#### 2.2.1.3.2 Isenção

É considerada como um favor legal que pode, a qualquer momento, ser retirado, visto que nela há o fato gerador, ocorrendo mera dispensa do tributo devido. Na isenção, o Estado pode, ou não, exigir recolhimento do tributo em um determinado período, ou não exigir em outro, o que se diferencia da imunidade, que é permanente e só pode ser revogada ou modificada através de emenda à Constituição.

A isenção diferencia-se da imunidade. A imunidade tem caráter permanente, somente podendo ser mudada com a alteração da Constituição Federal, enquanto a isenção é temporária, ou seja, já na sua concessão pode-se delimitar prazo de vigência, pois decorre de lei. Na imunidade não ocorre o fato gerador da obrigação

tributária, diferentemente da isenção, onde ocorre o fato gerador, mas a lei torna o crédito inexigível. (CFC, 2008, p. 40)

São diversas as formas e razões para a concessão da isenção. Pode ser concedida de forma gratuita ou onerosa, por tempo determinado ou indeterminado, pode abranger todo o território do ente tributante ou beneficiar apenas determinadas áreas, e ainda, pode incidir sobre vários impostos ou apenas sobre um tributo específico. Todos esses aspectos e condições estarão determinados na lei que conceder a isenção e dependerá das finalidades que o Poder Público pretende atingir com a concessão deste benefício.

Portanto, as organizações do Terceiro Setor que não se enquadraram nos requisitos necessários para a obtenção da imunidade sobre impostos e contribuições previstas pela Constituição Federal, ainda podem ser beneficiadas pelas isenções, afirma o CFC (2008, p. 40).

No âmbito Federal, a isenção está disciplinada pela Lei nº 9.532/97(Art. 15), que concede o benefício às instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e às associações civis que prestem serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a quem se destinam, sem fins lucrativos.

Tributos alcançados pela isenção:

**a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

A Lei nº 9.532/97 concede isenção de IR e da CSLL para as instituições citada acima, entretanto, os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda. Sendo assim, ocorrerá a incidência do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos por Gestão Contábil no Terceiro Setor, inclusive as pessoas jurídicas imunes ou isentas, e rendimentos provenientes de aplicações em fundos de investimento, constituídos sob qualquer forma.

**b) Programa de Integração Social – PIS**

De acordo Szazi (2006, p. 65), conforme determina a MP nº 2.158-35/2001, não há incidência das Contribuições ao PIS sobre as receitas relativas às atividades próprias das entidades sem fins lucrativos. Contudo, as entidades imunes e isentas estão sujeitas ao recolhimento dessa contribuição na sua modalidade sobre a folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

No entanto, uma entidade que obtenha receitas oriundas de atividades não discriminadas em seus documentos constitutivos deverá recolher o PIS também sobre essas receitas. Para as entidades imunes, a alíquota é de 0,65%, correspondente ao PIS em sua

forma cumulativa. Para as entidades isentas, a alíquota é de 1,65% aplicável sobre sua forma não cumulativa.

#### **c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS**

Segundo Silva (2009, p. 38) as receitas relativas às atividades próprias das entidades sem finalidade de lucro estão isentas da COFINS. Contudo, uma entidade que obtenha receitas oriundas de atividades não discriminadas em seus documentos constitutivos deverá recolher a contribuição sobre essas receitas. Para as entidades isentas ou imunes, a alíquota é de 3% em sua forma cumulativa e de 7,6% aplicável sobre sua forma não cumulativa.

#### **d) Contribuição Social Previdenciária - INSS**

A Constituição Federal prevê a isenção de contribuições previdenciárias. Essa previsão abrange a quota patronal do INSS das organizações sem fins lucrativos, de caráter beneficente de assistência social, e os critérios para a obtenção do benefício se encontram definidos na Lei nº 12.101/09.

Cabe destacar que isenção referente à contribuição patronal do INSS só é concedida às entidades possuidoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

## **2.2.2 Fundações**

### ***2.2.2.1 Aspectos gerais de uma fundação***

Com base na Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, novo Código Civil, a Fundação é uma instituição autônoma, criada por iniciativa privada ou pelo Estado através de uma escritura pública ou testamento, com personalidade jurídica, patrimônio próprio especificado e fim altruístico, filantrópico ou beneficente, de interesse ou utilidade pública ou social, administrada segundo determinações de seus fundadores, registradas em Estatuto.

Portanto, as fundações constituem-se numa universalidade de bens ou direitos com personalidade jurídica, destinados a cumprir uma determinada finalidade social, estabelecida pelos seus instituidores. Assim, se caracterizam como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se formam a partir da existência de um patrimônio doado pelos seus instituidores, através de escritura pública ou testamento, para atender a um objetivo específico, voltado a causas de interesse público.

Conforme Szazi (2006, p. 37): “Uma fundação é um tipo especial de pessoa jurídica, pois pode ser constituída a partir da decisão de um só indivíduo. (...) Sua constituição se dá,

em um primeiro momento, pela reunião de bens e a sua destinação a uma finalidade determinada pelo instituidor”.

Podem ser constituídas por indivíduos, por empresas, ou pelo poder público. Neste último caso, temos as fundações públicas, pertencentes ao primeiro setor. É importante que exista uma declaração de vontade clara do instituidor para a constituição da fundação, especificando os bens destinados a formar seu patrimônio e os seus fins. Esse patrimônio precisa ser suficiente para garantir que a fundação cumpra suas finalidades.

Com relação ao Patrimônio de uma fundação, vale ressaltar que, para França, este é:

[...] de primordial importância na caracterização da pessoa jurídica fundacional, é composto por bens livres que o(s) instituidor(es) lega(m) ou doa(m) à futura entidade, para que ela possa, com aquela dotação inicial, realizar as suas finalidades. (FRANÇA; *et al*, 2015, p. 39)

São geralmente administradas por um Conselho Deliberativo ou Curador (que decide em linhas gerais quanto à forma de atuação da fundação), o Conselho Administrativo ou Diretoria (órgão executor) e o Conselho Fiscal (que realiza o acompanhamento das contas).

Têm suas Atividades regidas por um Estatuto que deve ser elaborado seguindo as regras legais. Segundo o CFC (2008, p. 26), o estatuto da fundação deverá especificar os órgãos que farão parte da entidade bem como o modelo de administração adotado. É faculdade do instituidor ou dos instituidores declarar como se fará a administração.

O registro da fundação deve ser realizado após autorização do Ministério Público através de escritura pública ou testamento em Tabelionato de Notas, logo depois deverá ser feito o registro no Cartório de Títulos e Documentos de Pessoas jurídicas. Esta avaliação prévia pelo Ministério Público só é dispensada nos casos em que a fundação foi instituída por testamento. Durante toda a sua existência, na maior parte por tempo indeterminado, as atividades das fundações, descritas minuciosamente no estatuto, estarão sujeitas ao controle do Ministério Público.

#### ***2.2.2.2 Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UESB - (FADCT)***

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UESB, ou Fundação UESB como é conhecida, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com autonomia patrimonial financeira e administrativa, tem sua sede na cidade de Vitória da conquista no estado da Bahia. A fundação desenvolve convênios e parcerias com órgãos

públicos e privados na área de educação e assistência social. Um dos seus objetivos é de incentivar o desenvolvimento científico tecnológico e cultural no Brasil, mais especificadamente, na região sudoeste do estado da Bahia.

#### 2.2.2.2.1 Histórico

A FADCT foi instituída em 14 de novembro de 2000, conforme consta em sua Escritura Pública, através da vontade de seus instituidores, a maioria deles professores da UESB na época. Foi criada com o intuito de fomentar o desenvolvimento Científico e Tecnológico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), regida através de Estatuto criado no mesmo ano e aprovado em 17 de maio de 2001. As atividades da fundação tiveram início após a aprovação de seu estatuto.

Ao longo dos anos a Fundação executou convênios e parcerias com órgãos municipais, estaduais e federais, nas áreas de desenvolvimento social e educação como o projeto “Bahia Pesca” que em 2008 passou a incentivar o desenvolvimento da atividade pesqueira no interior do Estado, e o Programa “Pronera Enfermagem” através de convênio firmado com o INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária que promoveu formação de nível técnico para jovens na área de enfermagem, e demais áreas.

A Fundação, na maioria dos Convênios, tem como beneficiária dos recursos a UESB, conforme propôs em seus objetivos, ela atua com projetos que beneficiam a infraestrutura da universidade com aquisição de equipamentos, construções e reformas, e que atuam no desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas.

Atualmente a FADCT possui convênios na área de pesquisa e Educação, o maior deles é o Programa Formação de Recursos Humanos firmado com a Petrobras que beneficia alunos de Graduação e Mestrado nas áreas de Química e Biologia.

#### 2.2.2.2.2 Missão

Garantir a excelência na prestação de serviços em projetos, convênios e contratos, em parcerias com instituições públicas e privadas, que incentivem o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural do Brasil e da Bahia.

#### 2.2.2.2.3 Visão

Ser referência estadual da excelência entre as Fundações de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológicos de universidades na Bahia.

#### 2.2.2.2.4 Valores

- a) Nossa Cultura deve refletir os mais altos padrões de ética;
- b) Nossa comunicação deve ser clara e precisa;
- c) Nosso gerenciamento deve ser em equipe, consistente e focado;
- d) Nosso relacionamento com parceiros e colaboradores deve ser transparente e baseado na responsabilidade e confiança entre as partes.

#### 2.2.2.2.5 Área de Atuação

A fundação colabora, pelos meios adequados, em programas de desenvolvimento econômico, social e ambiental, a serem estabelecidos com universidades, faculdades, assim como com outras organizações públicas ou privadas.

#### 2.2.2.2.6 Desafios

- a) Incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural.
- b) Oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços.
- c) Firmar convênios, contratos, acordos, termos de parceria, contratos de parceria público-privada e outros instrumentos com organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais para intercâmbio e captação de recursos.
- d) Colaborar, pelos meios adequados, em programas de desenvolvimento econômico, social e ambiental, a serem estabelecidos com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, assim como com outras organizações públicas ou privadas.

#### 2.2.2.2.7 Serviços

De acordo com a entidade, a Fundação presta os seguintes serviços:

- a) promover cursos de especialização e extensão universitária, simpósios, seminários, conferências e estudos que visem o aprimoramento de pessoal e a difusão do conhecimento;
- b) colaborar com o desenvolvimento de cursos de pós-graduação da UESB, bem como com os de outras instituições de ensino superior que vierem a demandar seus serviços;
- c) realizar consultorias, projetos e assessorias, técnico-científicas e culturais, que atendam às necessidades dos setores público e privado;
- d) captar recursos financeiros junto à iniciativa privada, agências de financiamento oficiais e entidades congêneres no país e exterior;
- e) realizar o planejamento e organização de eventos, atividades, programas e projetos;
- f) promover o desenvolvimento e administração de recursos humanos;
- g) realizar cursos e seleções para organizações públicas ou privadas;
- h) realizar assistência técnico-científica e cultural a projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- i) fomentar o patenteamento de inovações e comercialização de produtos, serviços e difusão de tecnologias;
- j) apoiar e realizar a gestão administrativa, financeira e contábil de projetos e programas;
- k) realizar auditoria financeira, contábil, administrativa, ambiental e agrícola;
- l) instituir prêmios de estímulo e reconhecimento a pesquisadores, professores e funcionários técnico-administrativos, que tenham contribuído com o desenvolvimento da UESB;
- m) proceder à aplicação de recursos financeiros destinados à formação de seu patrimônio; e
- n) outros serviços que estiverem de acordo com o propósito da Fundação, após apreciação pelos membros do seu conselho técnico.

### **2.2.3 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Terceiro Setor**

As entidades do terceiro setor, inclusive as que tenham sede no exterior, mas que atuem no Brasil devem seguir as normas contábeis brasileiras.

Dentre as normas mais relevantes a esta pesquisa, encontram-se, especificamente:

**NBC T 2.2** – Da Documentação Contábil, que trata da documentação contábil que comprova os atos e fatos que deram origem aos lançamentos contábeis da Instituição, esta documentação deve ser revestida de características intrínsecas e extrínsecas definidas pela legislação ou aceitas pelos usos e costumes, o que torna a documentação hábil.

**NBC T 2.5** – Das Contas de Compensação, que correspondem a rubricas criadas para fins de controle interno, não fazem parte do patrimônio, no entanto deve-se registrar nestas contas os atos relevantes que possam gerar variações no patrimônio da entidade.

**NBC T 3** – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, que define de modo geral o que deve ser realizado em termos de Demonstrações Contábeis da entidade e como devem ser elaborados, o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração da Origem e Aplicação dos Recursos (substituída pela DFC desde 2007).

**NBC T 4** – Da Avaliação Patrimonial, que estabelece regras de avaliação dos componentes do Patrimônio, que deve ser realizada em moeda nacional, observando os critérios de Valor Presente e Valor de Mercado, bem como realizar atualização monetária nos componentes com cláusula pós-fixada.

**NBC T 6** – Da Divulgação das Demonstrações Contábeis, que trata da divulgação das Demonstrações Contábeis de uma Entidade do Terceiro Setor. Ou seja, deve ser feita através de Prestação de Contas ao Órgão Fiscalizador, no caso da FADCT é o Ministério Público, atendendo ao Prazo estipulado do dia 30 de junho do ano subsequente ao exercício elaborado. A Instituição precisa também manter pelo menos uma via das Demonstrações para os usuários que delas necessitarem.

**ITG 2002 (R1)** – Entidade Sem Finalidade de Lucros. Essas Entidades devem obedecer aos critérios e procedimentos específicos de avaliação, reconhecimento das variações e transações patrimoniais, e de estruturação das demonstrações contábeis definidas por esta interpretação. As informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas também são estabelecidas por esta norma.

**NBC T 19.4** - Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais, onde são tratados os procedimentos contábeis para registro de receitas advindas de incentivos fiscais, subvenções, contribuições, auxílios e doações governamentais, bem como as informações sobre estes fatos que devem constar em notas explicativas.

As Normas mencionadas reconhecem que as entidades sem finalidade de lucro se diferenciam das demais e indica a adoção de nomenclaturas diferentes para as contas de

Lucros ou Prejuízos, Capital e para a denominação da Demonstração do Resultado, para adequar essas terminologias ao contexto de tais entidades. Constam no Anexo E desta pesquisa, a descrição e detalhamento de cada Norma.

#### **2.2.4 Demonstrações Contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Terceiro Setor**

Neste tópico será tratado de forma abrangente sobre as demonstrações contábeis aplicáveis ao terceiro setor, e, sobre a importância de sua correta elaboração e divulgação, tendo em vista serem estes os objetivos fundamentais desta pesquisa.

A Norma que define as Demonstrações Contábeis que devem ser elaboradas por qualquer entidade é a NBC T 3 e sua divulgação é dada pela NBC T 6, entretanto, para correta aplicação da Norma no terceiro setor, deve-se observar o que diz a ITG 2002 (R1) que define os tratamentos diferenciados que devem receber as demonstrações de entidades sem fins lucrativos.

A NBC T 3 elenca as seguintes demonstrações:

- a) Balanço Patrimonial - BP;
- b) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE;
- c) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA;
- d) Demonstrações de Mutações no Patrimônio Líquido - DMPL; e
- e) Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR.

A NBC T 6 acrescenta a esta lista as Notas Explicativas que devem conter informações mínimas discriminadas na ITG 2002. O fato de constarem na norma não quer dizer que a instituição deverá obrigatoriamente elaborar as referidas demonstrações, Segundo Olak e Nascimento:

[...] Inicialmente, mesmo para as empresas de uma forma geral, ou elabora-se a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido. É evidente que, como esta segunda demonstração inclui a primeira na sua estrutura, melhor é apresentá-la, dispensando, assim, a elaboração e apresentação da primeira. (OLAK; NASCIMENTO, 2009, p. 68)

A partir de 2007, através da lei 11.638, as empresas privadas ficaram desobrigadas de elaborar a DOAR e passaram a elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa, que contém informações importantes sobre a situação financeira atual com maior facilidade de entendimento segundo Santos (2010, p. 36).

Algumas alterações são necessárias nas terminologias adotadas nas demonstrações contábeis do terceiro setor. A DRE passa a ser Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE) já que as instituições não auferem lucros ou prejuízos. Por fim, a DMPL deve ser modificada para Demonstração das Mutações no Patrimônio Social (DMPS) para se enquadrar a realidade destas entidades. Sendo assim, as ESFL estão sujeitas a elaboração das seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício, Demonstrações das Mutações no Patrimônio Social, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

#### ***2.2.4.1 Balanço Patrimonial***

O Balanço Patrimonial tem a finalidade de demonstrar em certo período a Situação patrimonial da entidade, destacando seus bens, direitos e obrigações divididos entre Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido (Patrimônio Social para ESFL). A soma total dos Ativos deve ser igual à soma do Passivo com Patrimônio Líquido.

As empresas devem diferenciar os componentes do Balanço Patrimonial entre circulante e não circulante tanto para os ativos quanto para os passivos. De acordo Slomski:

A Identificação, a classificação e separação de ativos e passivos circulantes e não circulantes na demonstração da posição financeira (Balanço Patrimonial) proporciona informação útil ao distinguir os ativos líquidos que estejam continuamente em circulação, como capital circulante, dos que são utilizados nas operações de longo prazo da entidade. (SLOMSKI; *et. al*, 2012, p. 19)

A classificação se faz necessária também para destacar os ativos e passivos que devem ser realizados ou liquidados dentro do ciclo operacional. Sendo assim, os ativos e passivos que devem ser realizados e liquidados dentro do prazo de doze meses definido pelo ciclo operacional, são classificados como circulante, extrapolando este prazo os itens do Balanço devem ser classificados como não circulante.

No Ativo estarão elencadas as contas de acordo a sua liquidez, ou seja, primeiramente devem constar as contas que estão disponíveis em dinheiro, como caixa, ou que possam se transformar em dinheiro imediatamente como a conta banco. Logo depois, de acordo Silva (2009, p.29), estão as contas com menor grau de conversão, porém ainda de alta liquidez como estoques e títulos a receber. Estas contas compõem o ativo circulante que vem seguido do ativo não circulante onde estão as contas com menor grau de conversão em moeda como as

de imobilizado e investimentos. Por último, completando as contas do ativo não circulante está a conta de ativos Intangíveis, que não têm existência física sendo de difícil mensuração.

Assim como no Ativo, as contas do Passivo são elencadas conforme sua liquidação, ou seja, as contas que devem ser pagas com menor prazo devem vir primeiro como salários, impostos e demais contas com vencimento dentro do mesmo exercício financeiro, compondo o Passivo Circulante. Já as contas com vencimento que ultrapassam o exercício devem vir logo depois do passivo circulante compondo o Passivo não Circulante. Por fim devem ser evidenciadas as contas que compõem o Patrimônio Líquido que, de acordo a lei 6.404/76, é composto por obrigações com os proprietários e obrigações não exigíveis.

#### ***2.2.4.2 Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício***

Esta demonstração tem o objetivo evidenciar todas as atividades desenvolvidas na instituição em um determinado período de tempo chamado exercício. Segundo Olak e Nascimento (2009, p.73), nas entidades sem fins lucrativos a ênfase deve ser dada às atividades e projetos desenvolvidos e não ao resultado como nas empresas com finalidade de lucro.

A DSDE irá demonstrar o resultado superavitário ou deficitário em um determinado exercício, no entanto, como vimos anteriormente, a preocupação maior nas entidades sem finalidade de lucro é de demonstrar as atividades que deram origem ao resultado apurado.

Serão mensuradas aqui as receitas obtidas no exercício bem como os custos, despesas, encargos e perdas decorrentes destas receitas incorridas neste mesmo período. Ainda neste contexto, Olak e Nascimento (2009, p.74) definem que a demonstração do resultado deve evidenciar as receitas e despesas de cada atividade para saber então quais delas exigirão mais ou menos recursos no próximo período.

#### ***2.2.4.3 Demonstração das Mutações no Patrimônio Social***

Aqui são registradas as alterações que ocorreram no patrimônio social da entidade em um determinado período, onde constam além das variações no capital, a destinação do resultado e dos itens que não passam pela demonstração de resultado. Devem ser identificados nesta demonstração os efeitos econômicos das contribuições, doações e transferências recebidas de associados, não associados e entidades governamentais de acordo Slomski *et. al.* (2012, p.29).

#### ***2.2.4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa***

A DFC tem a função de informar o fluxo financeiro de uma entidade em um determinado período. Ela auxilia no planejamento financeiro da entidade informando a necessidade da empresa solicitar empréstimos caso seus recursos não sejam suficientes ou realizar investimentos caso haja excesso de recursos. A DFC indica a origem do dinheiro que entra no caixa da instituição, bem como o resultado do fluxo financeiro.

Para Santos, (2010, p. 36) esta demonstração é de fundamental importância para mostrar o fluxo financeiro de uma entidade, durante o exercício, especialmente para usuários não familiarizados com a contabilidade por ser de fácil compreensão. Ela permite também avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e como foram utilizados.

Além dos benefícios citados, a DFC possibilita analisar como foram tomadas as decisões econômicas e avaliar a conformidade das entidades com a legislação e regulamentação em transações com outras entidades. Nelas estão discriminadas as atividades operacionais, de investimento e financiamento.

#### ***2.2.4.5 Notas Explicativas***

As Notas Explicativas objetivam facilitar a compreensão das demonstrações contábeis por parte de seus usuários. Não são um demonstrativo financeiro e sim parte integrante das demonstrações contábeis. Devem conter nas notas as informações referentes á base para elaboração das demonstrações contábeis e a política específica adotada, a fim de evidenciar informações que não estão claras nas demonstrações e prover informações adicionais que sejam relevantes para o entendimento das mesmas.

As Notas Explicativas devem evidenciar um resumo das principais práticas contábeis adotadas e os critérios de apuração das receitas, despesas, gratuidades, doações, subvenções e aplicações de recursos, bem como os gastos despesas relacionadas à atividade assistencial, afirma Santos (2010, p. 41). Nelas devem constar também as principais atividades desenvolvidas pela fundação, os investimentos relevantes, a origem e natureza das doações, detalhes de financiamentos quando houver e informações acerca de contingências.

### 2.2.5 Importância da Elaboração das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis são tidas como de suma importância nas instituições do terceiro setor por promoverem, desde que elaboradas corretamente, a transparência para a prestação de contas exigidas neste tipo de entidades. Além de cumprir com a exigência legal, as demonstrações possibilitam a visão real da situação patrimonial e financeira da empresa o que pode atrair ou repelir investidores.

Na prestação de contas, as demonstrações têm como objetivo demonstrar de forma transparente e documental como foram aplicados os recursos captados, fortalecendo as relações entre a entidade e seus financiadores ou doadores.

As Demonstrações Contábeis preparadas para as Entidades de Interesse Social devem fornecer informações de forma regular e tempestiva; possibilitar o acesso do usuário da informação aos objetivos, estrutura e atividades executadas pelas entidades; e possibilitar ao usuário uma apreciação das transações realizadas durante o exercício social das Entidades de Interesse Social bem como uma posição contábil ao final do ano. (CFC, 2008, p. 60)

De acordo Bulgarim *et. al*, o objetivo das demonstrações contábeis no terceiro setor é de “proporcionar informação útil para tomada de decisão e demonstrar a existência da *Accountability* da Entidade”. Ainda segundo a autora, as demonstrações fornecem informações:

- (a) sobre fontes, destinação e uso de recursos financeiros;
- (b) sobre como a entidade financiou suas atividades e reuniu os recursos financeiros necessários;
- (c) que são úteis na avaliação da habilidade da entidade de financiar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos;
- (d) sobre a condição financeira da entidade e mudanças adotadas que contribuíram para a consolidação dessa condição;
- (e) úteis e agregadas para a avaliação do desempenho da entidade em termos de custos de seus serviços, eficiência e realizações.

As demonstrações podem ainda fornecer informações aos gestores das instituições para a tomada de decisões, quando comparada com demonstrações de exercícios anteriores, elas possibilitam realizar uma projeção futura facilitando as escolhas que devem ser feitas pela administração.

Para Silva, (2009, p. 28):

Um profissional habilitado, de porte das demonstrações contábeis, pode descrever a real situação patrimonial de uma entidade e, se tomadas essas demonstrações em

conjunto com as de anos anteriores, consegue mapear a trajetória financeira da empresa e mostrar o caminho que esta percorre. (SILVA, 2009, p. 28).

As demonstrações contábeis, utilizadas no processo gerencial, são essenciais para tomada de decisões, de organizações financeiras, sócios ou novos investidores. Como exemplo, em financiamentos bancários são exigidas para demonstrar se a empresa pode ou não arcar com a dívida proposta ou analisar se os seus investimentos estão dando resultado, ou até mesmo avaliar se o montante de suas despesas condizem com o retorno da entidade.

Segundo Slomski, as informações contidas nas demonstrações contábeis devem ser capazes de permitir a realização de provisões e prospecções como:

- prevê o nível de recursos necessários para a continuidade de suas operações;
- identificar riscos e incertezas associados às operações;
- analisar se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com orçamento legalmente adotado; e
- averiguar se os recursos foram obtidos e utilizados de acordo com exigências legais e contratuais, incluindo os limites financeiros estabelecidos por autoridades administrativas apropriadas. (SLOMSKI, et, al, 2012, p.12)

É importante salientar que não basta apenas elaborar as demonstrações contábeis, é fundamental que os contadores e gestores saibam de fato analisar as demonstrações contábeis, pois essas são fontes riquíssimas de informações. Levando em conta que a análise não é somente feita através das contas patrimoniais ou contas de resultado despesas e receitas, o exame feito nesses demonstrativos também requer outros elementos como os índices contábeis que são chamados por alguns autores de índices financeiros e econômicos.

Estes indicadores devem servir como base para a tomada de decisões nas organizações à medida que realçam as condições financeiras da organização, proporcionando informações úteis.

Destaca-se ainda a grande importância da apresentação das demonstrações contábeis para concessão e renovação de títulos e certificados que garantem economia de tributos e habilitam as instituições do terceiro setor para firmarem parcerias com o Estado. Para isso, as demonstrações contábeis deverão estar em conformidade com a realidade das entidades sem finalidades de lucro.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa trata-se de uma abordagem qualitativa sobre a Contabilidade aplicada a entidades sem fins lucrativos, especificamente um Estudo de Caso praticado em uma

fundação, onde foi verificado se as demonstrações contábeis da FADCT atendem às especificações determinadas nas normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao terceiro setor.

O Estudo de Caso é uma análise intensiva de uma ocorrência que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto. Para Laville (1999, p. 156):

A vantagem mais marcante dessa estratégia de pesquisa repousa, é claro, na *possibilidade de aprofundamento* que oferece, pois os recursos se veem concentrados no caso visado, não estando o estudo submetido às restrições ligadas à comparação do caso com outros casos. Ao longo da pesquisa, o pesquisador pode, pois, mostrar-se mais criativo, mais imaginativo; tem mais tempo de adaptar seus instrumentos, modificar sua abordagem para explorar elementos imprevistos, precisar alguns detalhes e construir uma compreensão do caso que leve em conta tudo isso, pois ele não mais está atrelado a um protocolo de pesquisa que deveria permanecer o mais imutável possível. (LAVILLE, 1999, p. 156)

Este estudo analisa as Demonstrações Contábeis da FADCT de acordo as normas de contabilidade voltadas para o terceiro setor destacando sua importância no processo gerencial. Para tanto, foram necessários procedimentos metodológicos como a pesquisa bibliográfica e análise documental das demonstrações.

Segundo Silva (2008, p. 54) “A Pesquisa Bibliográfica explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, etc.” A pesquisa Bibliográfica será um dos principais instrumentos para atingir os objetivos do Projeto.

Ainda para a coleta de dados que reforça o resultado da pesquisa, realizou-se análise documental, procedimento que deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas nos documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos. A pesquisa documental de acordo Silva (2008, p. 55) “difere da pesquisa bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou que pode ser reelaborado; suas fontes são muito mais diversificadas e dispersas”.

Para melhor análise foi elaborado um *Check-list* a partir das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Terceiro Setor onde está registrado o cumprimento destas Normas. Consiste em uma folha de controle, contendo vários comportamentos ou traços, e que tem como objetivo conduzir a uma observação sistemática sobre as praticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da FADCT em relação às Normas.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A presente pesquisa objetiva estudar a correta elaboração das demonstrações contábeis no terceiro setor e os benefícios de sua utilização no processo gerencial. Visando verificar através do estudo de caso na Fundação UESB a conformidade de suas demonstrações com as Normas Brasileiras de Contabilidade do Terceiro Setor, foi elaborado um *Check-list* a partir das normas, avaliando o cumprimento das mesmas, com base nos fatos contábeis contidos em tais demonstrações.

### 4.1 QUANTO À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS

Com as informações coletadas, pode-se perceber que a FADCT possui toda a documentação hábil tanto de origem interna quanto externa que dá suporte as demonstrações, tendo mantida sua guarda em bom estado de conservação cumprindo com a NBC T 2.2. Sua contabilização é realizada respeitando o princípio da competência e deram origem aos fatos contábeis registrados nos livros diário e razão da empresa, onde percebe-se a não existência de fatos contábeis que fazem uso de contas de compensação regulamentadas pela NBC T 2.5.

As suas Demonstrações Contábeis são elaboradas seguindo os princípios de contabilidade, dentro da legalidade, a contabilidade da Instituição elaborou referente ao período de 2014 o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, a DMPL e também as Notas Explicativas como documento de suporte às demonstrações. Entretanto a Fundação não elaborou a Demonstração do Fluxo de Caixa no exercício de 2014 que segundo a norma da ITG 2002 deve ser elaborada neste tipo de entidade.

As alterações nos nomes das contas determinadas pela ITG 2002 não foram todas cumpridas, o Balanço Patrimonial atende a norma, contudo, o Demonstrativo de Resultado do Exercício deveria ser Demonstrativo de Superávit ou Déficit, o que não altera o resultado obtido, porém pode remeter a instituição à perda de benefícios e credibilidade.

O Balanço Patrimonial (Anexo A) da FADCT possui componentes avaliados em moeda nacional, seu Ativo é composto de contas de Circulante e não Circulante de acordo o grau de liquidez de suas contas conforme estabelecido na NBC T. 3, e refletem os seus Bens e Direitos, as Obrigações estão representadas no Passivo composto apenas de contas do Circulante que devem ser liquidadas no mesmo período. O Patrimônio Líquido está devidamente representado pelas contas do Patrimônio Social e Superávit ou Déficit Acumulados exatamente conforme a ITG 2002.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Social (Anexo C) está devidamente denominada, entretanto, consta a expressão “Lucro Líquido” na conta responsável pela alteração em seu patrimônio. Apesar da entidade não distribuir este resultado, a expressão “Superávit” deixa mais clara a ideia de Entidade sem Fins Lucrativos, por isso a ITG 2002 determina que seja feita esta alteração em suas demonstrações para evidenciar que a entidade obteve Superávit e não Lucro.

As Notas explicativas (Anexo D) foram elaboradas apontando as principais práticas adotadas com base na legislação societária, particularmente NBC T 10.4 com informações financeira acerca das atividades desenvolvidas e alguns esclarecimentos como procedimento utilizado na elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Social. As Notas foram elaboradas obedecendo a NBC T 3.5, porém faz referência a NBC T 10.4 que foi revogada passando a vigorar a ITG 2002 (R1).

As Demonstrações da FADCT são entregues anualmente ao Ministério Público que é o Órgão responsável pela fiscalização das contas da Fundação obedecendo ao prazo limite que vai até 30 de junho do ano subsequente ao exercício apurado, o que atende ao que foi estabelecido na NBC T 6 cumprindo com a obrigação de prestar contas o que mantém a entidade apta e desimpedida de exercer suas atividades. Neste sentido, nota-se a finalidade de atender ao fisco na elaboração de suas demonstrações.

Tendo em vista as exigências apontadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis ao Terceiro Setor, especificamente uma Fundação, analisa-se o Cumprimento das Normas na elaboração das demonstrações contábeis da FADCT conforme resumo do *check-list* destacado no Quadro 1 elaborado a partir da análise dos documentos contábeis referente ao exercício de 2014.

#### QUADRO 1

RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS PELA FADCT		
NORMAS	DESCRIÇÃO	REALIZADO NA FADCT
NBC T 2.2	Da Documentação Contábil	Foi verificado que a Fundação possui sua Documentação Contábil hábil e mantém a guarda dos documentos em conformidade com a norma.
NBC T 2.5	Das Contas de Compensação	Verificou-se que no exercício de 2014, não houve ocorrência de fatos contábeis que necessitassem de contas de compensação, estando, portanto de acordo com a norma.
NBC T3	Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações	Verificou-se que as Demonstrações Contábeis da FADCT, estão em conformidade com a estrutura estabelecida pela norma, entretanto, as nomenclaturas utilizadas na DRE e DMPS não correspondem ao estabelecido na ITG 2002 (R1), e

	Contábeis	ainda, no período analisado, não foi elaborada a Demonstração de Fluxo de Caixa, não cumprindo com as exigências da norma.
NBC T4	Da Avaliação Patrimonial	Verifica-se que a FADCT, tem os componentes do seu Patrimônio avaliados corretamente e atualizados monetariamente conforme exige a Norma.
NBC T6	Da Divulgação das Demonstrações Contábeis	Conforme estabelecido por esta Norma, as demonstrações Contábeis encontram-se na FADCT à disposição para os usuários que delas necessitarem, foi também encaminhada cópia para o Ministério Público que fiscaliza as contas da Fundação.
ITG 2002 (R1)	Entidades Sem Finalidade de Lucro	Verificou-se que a FADCT não apresenta todas as Demonstrações Contábeis com as nomenclaturas exigidas na norma, a exemplo da Demonstração do Resultado do Exercício que deveria se chamar Demonstração do Superávit ou Déficit, e também não elaborou a Demonstração do Fluxo de Caixa conforme é exigido pela ITG 2002 (R1) para ser apresentada ao Ministério Público. Foram verificados também, os registros das receitas e despesas que são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
NBC T 19.4	Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais	Verificou-se que não ocorreu no período de 2014 receitas oriundas de Incentivos Fiscais, Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações Governamentais, portanto não geraram fatos contábeis mantendo as demonstrações em conformidade com a norma.

Fonte: Elaboração Própria (2015).

Para comprovação destes resultados, foi analisada a documentação contábil que se encontra na Fundação e suas demonstrações contábeis conforme documentos em anexo que respaldam os resultados obtidos:

Anexo A – Balanço Patrimonial

Anexo B – Demonstrativo do Resultado do Exercício

Anexo C – Demonstração das Mutações no Patrimônio Social

Anexo D – Notas Explicativas

Nota-se que a Contabilidade da FADCT não está totalmente em conformidade com as Normas aplicáveis ao Setor como foi evidenciado através do *Check-list* realizado (Apêndice A). Houve o descumprimento da norma ITG 2002 (R1), pois não houve elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa conforme exigido. A Demonstração do Resultado do Exercício (Anexo B) deveria ser titulada como “Demonstração de Superávit ou Déficit”, e em seus componentes, as palavras “Lucros” ou “Prejuízo”, que constam também na DMPS,

deveriam ser trocadas por “Superávit” e “Déficit” respectivamente seguindo as indicações desta Norma.

O atendimento às normas é imprescindível para a correta aplicação da Contabilidade na Instituição, o não cumprimento delas pode ocasionar em informações incorretas que não demonstram a real situação da entidade. Vale ressaltar que para ter direito aos benefícios que possuem o terceiro setor, as demonstrações devem estar em conformidade com estas normas.

Alguns órgãos com os quais a FADCT realiza parcerias e convênios exigem previamente a apresentação de algumas das Demonstrações Contábeis para firmar convênios, sendo assim, para não correr o risco de perder fontes de recursos, as demonstrações devem refletir as exigências das normas de contabilidade que regulam o terceiro setor, evidenciando claramente a real situação patrimonial e financeira da instituição.

## **4.2 QUANTO À UTILIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS NO PROCESSO GERENCIAL**

Além de informar com transparência as atividades realizadas na FADCT, as demonstrações contábeis servem como importante ferramenta para o processo gerencial na tomada de decisões. De posse delas, o gestor, é capaz de identificar e corrigir erros operacionais que causam prejuízos à instituição, como por exemplo, através da DFC seria possível identificar os dispêndios com tributos que a fundação poderia estar isenta ou imune.

Com um maior conhecimento na área contábil, a administração pode também fazer previsões que facilitam a escolha do curso de ação que será tomado pela entidade para atender às necessidades identificadas, a partir das demonstrações contábeis, em um futuro próximo.

Fica clara a preocupação da entidade no sentido de atender a exigência de Prestação de Contas quando esta elabora suas demonstrações para entrega ao Ministério Público, entretanto, o fato de não atenderem aos procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade do Terceiro Setor indicam que a entidade não utiliza suas demonstrações no processo gerencial, pois para tanto as demonstrações devem estar condizentes com a realidade das entidades sem fins lucrativos.

Percebe-se ainda a necessidade no processo gerencial de um planejamento Tributário, para que a Instituição possa adquirir os direitos à Imunidade e Isenção tributárias abordados no capítulo 2 desta pesquisa. Ao analisar os fatos contábeis, percebeu-se o recolhimento do IPTU, tributo que, de acordo o Código Tributário Nacional, preenchendo os requisitos necessários, a FADCT deveria estar Imune. O mesmo ocorre com o INSS ao que se refere à

parte patronal, visto que houve recolhimento do imposto no período, onde se deveria solicitar isenção, observando-se as exigências para tal.

Neste último caso a gestão deverá solicitar o CEBAS já que a entidade atende aos requisitos estabelecidos, pois o benefício da Isenção só será concedido à entidade que tiver o certificado.

O desenvolvimento de um Planejamento Tributário de forma preventiva projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais são os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. A FADCT deve escolher opções de ação lícita que conceda isenções e garanta a imunidade nos casos previstos no Código Tributário Nacional visando direta ou indiretamente à economia de tributos.

Um Planejamento Tributário Corretivo que detectada determinada anormalidade, procede-se ao estudo, e oferece alternativas de correção da anomalia pode ser uma alternativa a ser realizada na FADCT já que a mesma não utiliza de planejamento preventivo, pois ficou constatado que a instituição não obteve no ano de 2014 isenções da cota patronal do INSS por exemplo.

Sendo assim, a Fundação deve prever e agir no tempo correto, poderia, por exemplo, entrar com o pedido do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para que no exercício seguinte possa obter as Isenções previstas no CTN. A Elisão fiscal pode também ser uma opção para que seja eliminado ou reduzido o fato gerador do tributo através de meios lícitos.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Visando demonstrar a importância das demonstrações contábeis em Instituições do Terceiro Setor e o devido tratamento contábil pertinente às mesmas, foi elaborada uma fundamentação teórica pautada nos conceitos de contabilidade das entidades sem fins lucrativos e o que esta representa, verificando suas peculiaridades e semelhanças com outros setores, onde se constatou que o terceiro setor possui características tanto do Primeiro quanto do Segundo setor.

### **5.1 QUANTO AO PROBLEMA**

O problema de pesquisa levantado foi: Qual a importância da elaboração das demonstrações aplicadas ao Terceiro Setor em conformidade com as normas Brasileiras de Contabilidade para o processo gerencial em instituições sem fins lucrativos?

Esta questão foi respondida através dos estudos acerca das demonstrações contábeis da FADCT, evidenciando a carência de diretrizes impostas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade em suas demonstrações. A entidade corre o risco de perder benefícios bem como pode deixar de firmar convênios e parcerias com instituições que exigem a apresentação destas demonstrações, as quais não atendem as normas por completo.

A não utilização das demonstrações contábeis para o processo gerencial da entidade implica na falta de ações que minimizam a carga tributária da instituição e dificulta a tomada de decisões pelos gestores, o que demonstra a importância de sua correta elaboração e utilização.

## **5.2 QUANTO AOS OBJETIVOS**

Atingindo o objetivo geral desta pesquisa, constatou-se os benefícios que podem trazer a correta elaboração das demonstrações contábeis de acordo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Terceiro Setor, e o que estas representam se utilizadas como ferramenta de gestão da entidade. Através deste estudo ficou provado que a contabilidade da instituição contempla apenas parte das normas estudadas, o que deixa a Fundação sem obter os benefícios tributários, atendendo, entretanto, aos princípios legais.

Fica evidenciada, então, a importância da elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade relativas ao terceiro setor para demonstrar a real situação da entidade e possibilitar a extração de índices financeiros ou econômicos visando o processo gerencial. Os Gestores destas entidades devem utilizar de conhecimentos na área de contabilidade para a correta interpretação das demonstrações.

Atendendo aos objetivos específicos, esta pesquisa realiza um estudo sobre a elaboração das demonstrações contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade do Terceiro Setor, abordando aspectos teóricos e doutrinários. Ficou provado que a FADCT não elaborou todas as demonstrações exigidas, e a estrutura das demonstrações elaboradas não contemplam todas as exigências estabelecidas pelas normas. Estas deficiências deixam claro que a instituição não utiliza das demonstrações no processo gerencial e as elaboram apenas para cumprir as exigências legais.

Por fim, verifica-se também uma necessidade de um planejamento Tributário corretivo para detectar quais procedimentos devem ser realizados para que sejam levados em consideração os Impostos que podem gerar Isenção ou Imunidade, o que proporciona uma economia de despesas para a Instituição, que poderão ser aplicadas no desenvolvimento de suas atividades.

### **5.3 PERSPECTIVAS PARA NOVAS PESQUISAS**

Diante dos resultados encontrados pela presente pesquisa que evidencia a falta de conformidade das demonstrações contábeis da FADCT com as Normas Brasileiras de Contabilidade e a não utilização das mesmas no processo gerencial, o tema abordado na presente pesquisa influencia perspectivas para realização de novas pesquisas em instituições semelhantes que adotam os procedimentos estabelecidos nas Normas para que sejam verificados quais os benefícios de seu cumprimento. Devem-se abordar também os impactos da gestão em entidades do terceiro setor que utilizam da análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisão, e as vantagens para a administração e controle interno.

## REFERÊNCIAS

BETON, E. **Demonstrações Contábeis e Legislação Vigente Aplicadas no Terceiro Setor:** um Estudo de Caso na Fundação ABRINQ. Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Jurema. Juína, 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/mono\\_grafia\\_20110805181859.pdf](http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/mono_grafia_20110805181859.pdf)> Acesso em: 25 de out. de 2015.

BRASIL. Lei nº 5.172 de 25/10/1966. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm)>. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

BULGARIM, M. C. C. [et al.]. **Caderno de procedimentos aplicáveis à prestação de contas das entidades do terceiro setor (fundações)**. Fundação Brasileira de Contabilidade. Brasília: 2011. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/uparq/terceiro\\_setor.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/terceiro_setor.pdf)>. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

COMISSÃO DE ESTUDOS DO TERCEIRO SETOR DO CRCRS. **Terceiro Setor:** Guia de orientação para o profissional de contabilidade. Porto Alegre: Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <[http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro\\_3setor.pdf](http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf)> Acesso em: 10 de abr. de 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social-** 2ª Ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Manual\\_procedimentos2008.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Manual_procedimentos2008.pdf)> Acesso em: 10 de abr. de 2015.

CONSELHOFEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/index.htm>> Acesso em: 10 de abr. de 2015.

CRUZ, J. R. da; CARVALHO, H. A. de; MORAES, L. S. **Os Benefícios das Demonstrações Contábeis Aplicadas às Entidades do Terceiro Setor para Tomada de Decisões**. Faculdade São Francisco de Barreiras. Barreiras. Disponível em: <[http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo\\_cientifico.pdf](http://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_cientifico.pdf)> Acesso em: 25 de out. de 2015.

FRANÇA, J. A; ANDRADE, A. P.[et al.]. **Manual de procedimentos para o terceiro setor:** aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Conselho Federal de Contabilidade/Fundação Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC:FBC : Profis, 2015. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo\\_MTS\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf)>. Acesso em: 25 de ago. de 2015

LAVILLE, C. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

NEVES, S. das. **Contabilidade Básica**. 14ª Ed. São Paulo: Frase Editora, 2009.

OLAK, P. A; NASCIMENTO, D. T. do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro Setor)**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **EFD-Contribuições: O que é?**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/efd-contribuicoes/o-que-e.htm>>. Acesso em: 10 de abr. de 2015.

SANTOS, J. L. dos. **Introdução à Contabilidade**: Atualizada pela Minirreforma Tributária: Lei nº 10.637/02. 1º Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, C. A. dos. **Práticas de Contabilidade das organizações sem fins lucrativos de Curitiba**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/05/D039.pdf>>. Acesso em: 25 de out. de 2015.

SILVA, A. C. R. da. **Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada à Contabilidade**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, V. da. **Demonstrações contábeis e obrigações tributárias em uma instituição do Terceiro Setor**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291387>>. Acesso em: 25 de out. de 2015.

SLOMSKI, V. [et al.]. **Contabilidade do Terceiro setor**: uma abordagem operacional aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SZAZI, E. **Terceiro Setor**: Regulação no Brasil. 4ª Ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

YOSHITAKE, M. [et al.]. **Estrutura Conceitual para Demonstrações Contábeis no Terceiro Setor**: Estudo de Caso da ABEL. Disponível em: <<http://www.sindcontsp.org.br/uploads/acervo/arquivos/07%20Estrutura%20conceitual%20ABEL.pdf>>. Acesso em: 25 de out. de 2015.

## APENDICES

### APÊNDICE A – CHECK LIST

Check-list elaborado para verificar o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Terceiro Setor na Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da UESB (FADCT).

#### **NBC T 2.2 – DA DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL.**

1. Qual documentação contábil existe na FADCT?
  - ( X ) livros Diário e Razão
  - ( X ) papéis e registros (Convênios, Contratos, Notas fiscais, recibos...)
  - ( X ) outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.
2. Os documentos contábeis da FADCT comprovam os atos e fatos que originam lançamentos na escrituração contábil da Entidade?
  - ( X ) SIM ( ) NÃO
3. A Documentação Contábil está revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes"?
  - ( X ) SIM ( ) NÃO
4. A FADCT possui a Documentação Contábil de Origem:
  - Interna, quando gerada na própria Entidade:
    - ( X ) SIM ( ) NÃO
  - Externa, quando proveniente de terceiros.
    - ( X ) SIM ( ) NÃO
5. A FADCT mantém em boa ordem a documentação contábil?
  - ( X ) SIM ( ) NÃO

#### **NBC T 2.5 – DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO.**

1. Existem fatos/atos relevantes cujos efeitos possam se traduzir em modificações no patrimônio da entidade dando origem a contas de compensação?
  - ( ) SIM ( X ) NÃO

#### **NBC T.3 – CONCEITO, CONTEÚDO, ESTRUTURA E NOMENCLATURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

1. As demonstrações contábeis foram extraídas dos livros, registros e documentos que compõem o sistema contábil da Entidade?  
( X ) SIM ( ) NÃO
2. A atribuição e responsabilidade técnica do sistema contábil da Entidade cabem exclusivamente, ao contabilista registrado no CRC?  
( X ) SIM ( ) NÃO
3. As demonstrações contábeis da FADCT seguem os Princípios Fundamentais de Contabilidade aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.  
( X ) SIM ( ) NÃO
4. As demonstrações contábeis da FADCT especificam sua natureza, a data e/ou o período e a Entidade a que se referem?  
( X ) SIM ( ) NÃO
5. O grau de revelação das demonstrações contábeis da FADCT propicia o suficiente entendimento do que cumpre demonstrar, inclusive com o uso de notas explicativas, que, entretanto, não poderão substituir o que é intrínseco às demonstrações?  
( X ) SIM ( ) NÃO
6. Na contabilidade da FADCT há a utilização de procedimentos diversos daqueles estabelecidos na NBC T 3?  
( ) SIM ( X ) NÃO
7. No Período analisado, houve ação de efeitos inflacionários que resultasse em alterações significativas nos ativos da instituição?  
( ) SIM ( X ) NÃO
8. O Balanço Patrimonial evidencia, quantitativa e qualitativamente, a posição patrimonial e financeira da Entidade no período destacado?  
( X ) SIM ( ) NÃO
9. O balanço patrimonial está constituído pelo ativo, pelo passivo e pelo Patrimônio Líquido conforme a norma?  
( X ) SIM ( ) NÃO  
OBS.: O Balanço Patrimonial da Fundação possui estes componentes lembrando que conforme ITG 2002 o Patrimônio Líquido é denominado de Patrimônio Social.
10. As contas do ativo e passivo estão dispostas em ordem crescente dos prazos esperados de realização ou dos prazos de exigibilidade estabelecidos ou esperados, observando-se iguais procedimentos para os grupos e subgrupos?  
( X ) SIM ( ) NÃO

11. Os direitos e as obrigações estão classificados em grupos do Circulante, de acordo os prazos esperados de realização dos direitos e das obrigações, que se situem no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial?

SIM  NÃO

OBS.: O passivo da FADCT no período de 2014 é formado apenas por obrigações de contas de Circulante conforme Balanço analisado, já o Ativo está devidamente classificado e dividido em Circulante e não Circulante.

12. Os direitos e as obrigações que se situam após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial estão classificados, respectivamente, em grupos de Realizável e Exigível a Longo Prazo?

SIM  NÃO

OBS.: O passivo da FADCT no período de 2014 é formado apenas por obrigações de contas de Circulante conforme Balanço analisado, já o Ativo está devidamente classificado e dividido em Circulante e não Circulante.

13. A Entidade possui o ciclo operacional com duração maior que o exercício social?

SIM  NÃO

14. No Balanço Patrimonial da FADCT existem contas retificadoras?

SIM  NÃO

15. No período analisado houve receitas antecipadas?

SIM  NÃO

16. Os saldos devedores e credores estão demonstrados separadamente?

SIM  NÃO

17. As contas que compõem o ativo estão agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente conforme a norma?

SIM  NÃO

18. As contas que compõem o passivo estão agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em Circulante e Exigível a Longo Prazo conforme a norma?

SIM  NÃO

OBS.: No período apurado a FADCT teve apenas obrigações com contas de Passivo Circulante.

19. As contas que compõem o Patrimônio Líquido estão agrupadas, segundo sua expressão qualitativa, em Patrimônio Social, Superávit ou Déficit do exercício obedecendo as alterações impostas pelas demais normas?

SIM  NÃO

20. No período analisado, houve ocorrência de Passivo a Descoberto?

SIM  NÃO

21. No período analisado, a demonstração do resultado, observando o princípio de competência, evidencia a formação dos vários níveis de resultados mediante confronto entre as receitas, e os correspondentes custos e despesas?

SIM  NÃO

OBS.: apesar de não estar com as nomenclaturas adequadas para o setor, a Demonstração de Resultado destaca um resumo ordenado das receitas, sua maior parte oriunda de doações diferentemente dos outros setores, e despesas da FADCT apresentada de forma dedutiva subtraindo as despesas das receitas, em seguida, indica o resultado (lucro ou prejuízo) que deveria ser Superávit ou Déficit conforme NBC T 10.4.

22. A demonstração do resultado da FADCT compreende todas as receitas e os ganhos do período, independentemente de seu recebimento, bem como todos os custos, despesas, encargos e perdas pagos ou incorridos, correspondentes a esses ganhos e receitas?

SIM  NÃO

23. A demonstração do resultado evidencia as os elementos estruturais estabelecidos pela norma de forma ordenada?

SIM  NÃO

24. Em instituição do terceiro setor, como na FADCT, é necessária a emissão da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados?

SIM  NÃO

25. A demonstração das mutações do patrimônio líquido (Demonstração das Mutações do Patrimônio Social) do período evidencia a movimentação das contas que integram o patrimônio da Entidade.

SIM  NÃO

26. A demonstração das mutações do patrimônio líquido discrimina os seguinte itens:

a) os saldos no início do período;

SIM  NÃO

b) os ajustes de exercícios anteriores;

SIM  NÃO

c) as reversões e transferências de reservas e lucros;

SIM  NÃO (não há Lucro e sim Superávit)

d) os aumentos e reduções de capital discriminando sua natureza;

SIM  NÃO

e) as destinações do lucro líquido do período;

SIM  NÃO (não há Lucro e sim Superávit)

f) as reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;

SIM  NÃO (Não houve reavaliações)

g) o resultado líquido do período;

SIM  NÃO

h) as compensações de prejuízos;

SIM  NÃO (Não houve Déficit)

i) os lucros distribuídos;

SIM  NÃO (não há distribuição de lucros)

j) os saldos no final do período.

SIM  NÃO

27. Conforme estabelecido na NBC T 3.6, a FADCT emitiu no exercício de 2014 a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos?

SIM  NÃO

#### **NBC T 4 – DA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.**

1. Os componentes do Patrimônio são avaliados em moeda corrente nacional?

SIM  NÃO

2. Há componentes do patrimônio em moeda estrangeira?

SIM  NÃO

3. Existem parcelas de encargos financeiros prefixados?

SIM  NÃO

4. Existem componentes do patrimônio com cláusula de atualização monetária pós-fixada?

SIM  NÃO

5. Existem itens avaliados pelo valor de mercado no período apurado?

SIM  NÃO

6. Em seu patrimônio, a Fundação dispõe de itens avaliados pelo valor presente ajustado em função do tempo a transcorrer entre as datas da operação e do vencimento, de crédito ou obrigação de financiamento ou de outra transação usual da entidade, mediante dedução dos encargos financeiros respectivos, com base na taxa contratada ou na taxa média de encargos financeiros praticada no mercado.

SIM  NÃO

7. As aplicações financeiras de liquidez imediata são avaliadas pelo custo histórico, acrescidos os rendimentos proporcionais auferidos até a data da avaliação?  
 SIM ( ) NÃO
8. A AFDCT dispõe de aplicações em ouro?  
 SIM  NÃO
9. Os direitos e títulos de crédito, originados das atividades são avaliados pelo valor nominal e ajustados conforme a norma?  
 SIM ( ) NÃO
10. Existem outros créditos para com terceiros e com empresas coligadas, controladas, controladora ou de qualquer forma associadas?  
 SIM  NÃO
11. A FADCT dispõe de investimentos temporários no período apurado?  
 SIM  NÃO
12. A FADCT Mantém contas de Estoque?  
 SIM  NÃO
13. A FADCT realiza antecipação de despesas no período?  
 SIM  NÃO
14. Os investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição, atualizado monetariamente, ou com base no valor de patrimônio líquido?  
 SIM ( ) NÃO
15. Os componentes do ativo imobilizado são avaliados ao custo de aquisição ou construção, conforme a Norma?  
 SIM ( ) NÃO
16. A FADCT possui em sua estrutura patrimonial componentes de ativo diferido?  
 SIM  NÃO
17. As obrigações e encargos, conhecidos ou calculáveis, são computados pelo valor atualizado até a data da avaliação?  
 SIM ( ) NÃO
18. No ano de 2014, a FADCT teve ocorrência de passivos contingentes?  
 SIM  NÃO
19. Durante o exercício de 2014 a FADCT teve Obrigações reconhecidas em moeda estrangeira ou de financiamento prefixado?  
 SIM  NÃO

20. As demais obrigações com valor nominalmente fixado e com prazo para pagamento são ajustadas a valor presente.

SIM  NÃO

### **NBC T 6 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**

1. A FADCT realiza divulgação das demonstrações contábeis tratadas em normas próprias?

SIM  Não

2. Nas Notas Explicativas da FADCT, são observados os seguintes aspectos:

a) as informações contemplam os fatores de integridade, autenticidade, precisão, sinceridade e relevância?

SIM  Não

b) os textos são simples, objetivos, claros e concisos?

SIM  Não

c) os assuntos são ordenados de acordo a ordem observada nas demonstrações contábeis, tanto para os agrupamentos como para as contas que os compõem?

SIM  Não

d) os assuntos relacionados são agrupados segundo seus atributos comuns?

SIM  Não

e) os dados permitem comparações com os de datas de períodos anteriores?

SIM  Não

f) as referências a leis, decretos, regulamentos, normas brasileiras de contabilidade e outros atos normativos são fundamentadas e restritas aos casos em que tais citações contribuam para o entendimento do assunto tratado na nota explicativa?

SIM  Não

3. A FADCT foi submetida no período à necessidade de realizar Republicações?

SIM  Não

### **ITG 2002 (R1) – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS**

1. A fundação realizou os registros contábeis das Provisões, quando necessárias, conforme a norma?

SIM  Não

2. A FADCT realiza os registros das Doações e Subvenções obtidas no período conforme a norma?

SIM  Não

3. A FADCT elaborou as demonstrações contábeis determinadas pela ITG 2002 que são:
- a) Balanço Patrimonial;  
( X ) SIM ( ) Não
  - b) Demonstração do Resultado;  
( X ) SIM ( ) Não
  - c) Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido  
( X ) SIM ( ) Não
  - d) Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
( ) SIM ( X ) Não
  - e) Notas Explicativas  
( X ) SIM ( ) Não
4. A FADCT elaborou seu Balanço Patrimonial atendendo as alterações determinadas nesta norma e evidenciando os componentes patrimoniais que lhe são pertinentes?  
( X ) SIM ( ) Não
5. A denominação da Demonstração do Resultado é alterada para Demonstração do Superávit ou Déficit, substituindo nos itens do demonstrativo a expressão Lucro ou Prejuízo pelas expressões “Déficit” ou “Superávit” respectivamente?  
( ) SIM ( X ) Não
6. A demonstração do resultado evidencia, de forma segregada, as contas de receitas e despesas; estas, quando identificáveis, por tipo de atividade?  
( X ) SIM ( ) Não
7. A denominação Da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é alterada para Demonstração das Mutações do Patrimônio Social aplicando a substituição da palavra lucros, pela palavra superávit; e a palavra prejuízo, do pela palavra déficit conforme a norma?  
( X ) SIM ( ) Não
8. As notas explicativas da FADCT contém informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social, tais como:
- a) as principais atividades desenvolvidas pela Fundação;  
( X ) SIM ( ) Não
  - b) as principais práticas contábeis adotadas;  
( X ) SIM ( ) Não
9. As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência?

SIM  Não

10. A FADCT constitui provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativas de seus prováveis valores de realização, e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.

SIM  Não

11. As doações, subvenções e contribuições para custeio são contabilizadas em contas de receita?

SIM  Não

12. As doações, subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social?

SIM  Não

13. As receitas de doações, subvenções e contribuições para custeio ou investimento são registradas mediante documento hábil.

SIM  Não

14. Os registros contábeis evidenciam as contas de receitas e despesas, superávit ou déficit, de forma segregada, quando identificáveis por tipo de atividade/Projeto?

SIM  Não

15. As receitas de doações, subvenções e contribuições recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias segregadas das demais contas da entidade?

SIM  Não

16. O valor do superávit ou déficit do exercício permanece registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela assembleia dos associados? e após a sua aprovação, é transferido para a conta Patrimônio Social?

SIM  Não

**NBC T 19.4 - INCENTIVOS FISCAIS, SUBVENÇÕES, CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS E DOAÇÕES GOVERNAMENTAIS.**

1. A FADCT obteve no período de 2014 Incentivos fiscais, subvenções, contribuições, auxílios ou doações governamentais?

SIM  Não

**ANEXOS**  
**ANEXO A – BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>Balanço Patrimonial</b>	
Empresa: 167 - FUND DE APOIO AO DESENV CIENT.E TECNOLÓGICO DA UESB	
CNPJ: 04.462.850/0001-62	
Período: 12/2014	
Página: 1	
Emissão: 31/12/2014	
CONTA	SALDO
<b>ATIVO</b>	<b>720.431,10</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>425.108,13</b>
<b>ATIVO DISPONIVEL</b>	<b>425.108,13</b>
<b>BENS NUMERARIOS</b>	<b>195,72</b>
Caixa	195,72
<b>BANCOS C MOVIMENTO</b>	<b>8.440,30</b>
BANCO DO BRASIL C/C 50928-0	0,03
BANCO DO NORDESTE C/C 16232-4	0,33
BANCO DO NORDESTE C/C 19566-4	4.673,30
BANCO DO NORDESTE C/C 27419-0	780,42
BANCO DO NORDESTE C/C 9034-0	857,83
CREDIUESB - C/C 606-08/78489-3	48,97
CREDIUESB 616-5 BB 81209-9	60,90
CREDIUESB C/C 1-9/47594-7 FADCT	2.013,55
CREDIUESB C/C 609-2/78789-2	4,97
<b>IMPOSTOS RECUPARAVEIS</b>	<b>4.505,56</b>
IRRF A RECUPERAR	2.494,77
PARCELAMENTO A RECUPERAR	2.010,79
<b>APLICACOES</b>	<b>316.300,34</b>
CREDIUESB 616-5 BB 81209-9	5.116,12
CREDIUESB C/I 606-8/78489-3	309.998,63
CREDIUESB C/I 609-2/78789-2	1.185,59
<b>CREDITOS A REALIZAR</b>	<b>95.666,21</b>
BLOQUEIO JUDICIAL	27.027,24
CONV BNB IMPLANTAÇÃO UNIDADE DO UMBU	9.894,92
CONV PETR DESENV RECURSOS HUMANOS	24.133,32
CONVENIO MANDIOCULTURA	819,78
CRED. A RECEBER CONV. FINEP II	2.219,45
DESP CONV P N VACAS LACTANTES	31.571,50
<b>ATIVO NAO CIRCULANTE</b>	<b>405.996,72</b>
<b>ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>9.398,59</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>9.398,59</b>
PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA CREDIUESB	9.398,59
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>47.629,97</b>
<b>BENS PROPRIOS</b>	<b>47.629,97</b>
TERRENOS	47.629,97
<b>BENS DE TERCEIROS</b>	<b>348.968,16</b>
<b>3 MOSTRINHA DE CINEMA</b>	<b>10.963,59</b>
ACESSORIOS E FERRAMENTAS	1.147,86
APARELHOS ELETRONICOS DIVERSOS	815,99
COMPUTADORES E ACESSORIOS	6.791,74
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2.208,00
<b>CONV. AGUAS SALINAS</b>	<b>32.247,03</b>
CAIXA DE FIBRA	9.700,00
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	14.551,05

<b>Balço Patrimonial</b>
--------------------------

Empresa: 167 - FUND DE APOIO AO DESENV CIENT.E TECNOLÓGICO DA UESB

Página: 2

CNPJ: 04.462.850/0001-62

Emissão: 31/12/2014

Período: 12/2014

CONTA	SALDO
MODULO DE ESTUFA AGRICOLA	7.995,98
<b>CONV.PETR.R.HUMANOS</b>	<b>38.629,15</b>
ACESSORIOS E FERRAMENTAS	12.646,00
COMPUTADORES E ACESSORIOS	10.289,69
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10.817,80
Maquinas e Equipamentos	586,97
MATERIAL DIDÁTICO	747,60
MOVEIS E UTENSILIOS	1.276,00
TELEFONES	2.265,09
<b>BIBLIOTECA DA UESB</b>	<b>67.770,59</b>
APARELHOS ELETRONICOS DIVERSOS	34.259,07
COMPUTADORES E ACESSORIOS	17.330,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	12.507,52
MOVEIS E UTENSILIOS	3.674,00
<b>CONV. PETROBRAS PROF. SUZIMONE</b>	<b>198.517,18</b>
COMPUTADORES E ACESSORIOS	4.800,00
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	193.717,18
<b>CONV. BOTICARIO</b>	<b>840,62</b>
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	840,62
<b>PERMANENTE</b>	<b>-110.673,75</b>
<b>PERMANENTE</b>	<b>-110.673,75</b>
<b>DEPRECIAOES</b>	<b>-110.673,75</b>
ACESSORIOS E FERRAMENTAS	-5.922,17
COMPUTADORES	-12.313,18
EQUIPAMENTOS DIVERSOS	-86.454,56
LIVROS E DIDATICOS	-31,64
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-4.355,44
MOVEIS E UTENSILIOS	-766,26
TELEFONES E FAX	-830,50
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>720.431,10</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>-720.431,10</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>-319.086,50</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>-319.086,50</b>
<b>OBRIGACOES TRIBUTARIAS</b>	<b>-7.154,79</b>
CONTRSOCIAL A RECOLHER	-1.870,72
IRPJ A RECOLHER	-3.117,87
IRRF A RECOLHER	-2.100,32
ISS A RECOLHER	-65,88
<b>OBRIGACOES TRABALHISTAS</b>	<b>-97.766,53</b>
ACORDO JUDICIAL NILMA G. LOPES OLIVEIRA	-1.720,00
ACORDO JUDICIAL RENER PIEROTE SOUZA	-3.600,00
INSS A RECOLHER	-5.700,18
PARC. PREVIDENCIARIO COD. 1165	-53.407,10
PARC. PREVIDENCIARIO COD. 1233	-9.966,55

<b>Balço Patrimonial</b>
--------------------------

Empresa: 167 - FUND DE APOIO AO DESENV CIENT.E TECNOLÓGICO DA UESB

Página: 3

CNPJ: 04.462.850/0001-62

Emissão: 31/12/2014

Período: 12/2014

CONTA	SALDO
PARC. PREVIDENCIARIO COD. 1279	-354,11
PARC. PREVIDENCIARIO COD.1136	-23.018,59
<b>EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO</b>	<b>-5.600,00</b>
CONVENIO BOTICARIO	-3.500,00
EMPRESTIMOS DE TERCEIROS	-2.100,00
<b>CONVENIO EM EXECUÇÃO</b>	<b>-208.565,18</b>
(-)BENS ADQUIRIDO EM CONVENIOS	110.662,13
CONV SISTEMAS CATALISTICOS	-5.177,02
CONV EFEITG A IRRIG AGUA SALINA	-2.069,57
CONV PETROBRAS DESENV RECURSOS HUMANOS	-1.190,56
CONV PETROBRAS PROF SUZIMONE	-302.562,04
CONV. PRONERA ENFERMAGEM	-96,97
CONV.BIOQUIMICO MOLECULAR	-4.673,30
PROJ 3 MOSTRINHA DE CINEMA	-3.457,85
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>-401.344,60</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>-50.464,05</b>
<b>SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS</b>	<b>-50.464,05</b>
SUPERAVIT DO EXERCICIO	-12.636,16
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS	-37.827,89
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>-350.880,55</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>-2.500,00</b>
PATRIMONIO SOCIAL	-2.500,00
<b>PATRIMONIO SOCIAL DE CONVENIOS</b>	<b>-348.380,55</b>
PROJ. 3 MOSTRINHA DE CINEMA	-10.865,58
PROJ. BIBLIOTECA UESB	-67.770,59
PROJ. BOTICARIO	-840,62
PROJ. IRRIGAÇÃO COM AGUA SALINA	-32.247,03
PROJ. PETROBRAS - PROF. SUZIMONE	-198.517,18
PROJ. PETROBRAS DENS. RH	-38.139,55
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>-720.431,10</b>

TAYRONE FELIX RIBEIRO - Administrador  
CPF: 903.727.605-97

ELENITA OLIVEIRA MOTA - Contabilista  
CPF: 526.488.265-72  
CRC: 28.067 - BA

## ANEXO B- DRE

<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>
--

Empresa: FUND DE APOIO AO DESENV CIENT.E TECNOLÓGICO DA UESB  
 CNPJ: 04.462.850/0001-62

Página: 1  
 Emissão: 31/12/2014

APURADO EM: 12/2014
---------------------

**A = Receitas**

RECEITAS FINANCEIRAS		
RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES		677,50
		677,50
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
RECEITAS DE DOAÇÕES		50.945,76
RECEITAS DO PLANO OI CORPORATIVO		1.621,53
		52.567,29
		<b>53.244,79</b>

**B = Dedução de Impostos**

0,00
------

**C = ( A - B ) = Receita Líquida**

53.244,79
-----------

## D = Custos

0,00
------

**E = ( C - D ) = Lucro/Prejuízo Bruto**

53.244,79
-----------

**F = Outras Receitas**

0,00
------

**G = Despesas**

DESPEAS ADMINISTRATIVAS		
SEGUROS		-259,51
TELEFONE		-2.030,16
CORREIOS E MALOTES		-45,60
DESPEAS DIVERSAS		-135,30
MATERIAL DE ESCRITÓRIO		-3,00
HONORÁRIO CONTÁBEIS		-7.918,00
DESPEAS COM CUSTAS JUDICIAIS		-15.000,00
		-25.391,57
DESPEAS COM PESSOAL		
PREV SOCIAL		-11.796,63
VALE TRANSPORTE		-1.338,00
CUSTAS TRABALHISTAS		-233,67
		-13.368,30
DESPEAS FINANCEIRAS		
DESPEAS BANCARIAS		-202,52
TAXAS FED. EST. MUNICIPAIS		-92,78
IPTU		-716,80
JUROS PASSIVOS		-836,66
		-1.848,76
		<b>-40.608,63</b>

**H = ( E + F - G ) = Lucro ou Prejuízo Operacional**

12.636,16
-----------

**I = Receitas não Operacionais**

0,00
------

**J = Saldo da Correção Monetária**

0,00
------

**L = ( H + I ± J ) = Resultado antes dos Impostos**

12.636,16
-----------

**M = Provisão de Impostos**

0,00
------

**T = ( L - M ) = Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício**

12.636,16
-----------

SISCnet

## ANEXO C – DMPS

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DA UESB – FACDT

CNPJ: 04.462.850/0001-62

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2014

ELEMENTOS	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVAS			TOTAL
		CAPITAL	LUCROS		
Saldo no Início do Período (+)	2.500,00			37.827,89	40.327,89
(+) Ajuste de Períodos Anteriores	-	-	-		
<b>Saldo Inicial Ajustado</b>	<b>2500,00</b>			<b>37.827,89</b>	<b>40.327,89</b>
Reversão de Reserva de Lucros	-	-			-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	12.636,16	12.636,16
Formação de Reserva de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lucros</li> <li>• Capital</li> </ul>	-	-	-	-	-
Capitalização de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reservas</li> <li>• Lucros</li> </ul>	-	-	-	-	-
Dividendos a Distribuir (Lucros a Distribuir)	-	-	-		
Aumento de Capital Social Efetuado pelos Sócios / Acionistas		-	-		
Saldo Final do Período (±)	2.500,00			50.464,05	52.964,05

Fundação de Apoio ao Desenv.  
Científico e Tecnológico da UESB  
CNPJ: 04.462.850/0001-62

ELENITA OLIVEIRA MOTA  
CPF: 526.488.265-72  
CRC/BA: 028067/O

**ANEXO D – NOTAS EXPLICATIVAS****FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DA UESB – FACDT****CNPJ: 04.462.850/0001-62****Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras/Exercício findos em 31 de dezembro de 2014.****1- Contexto Operacional**

A Fundação tem por objetivo incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, oferecer suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, de acordo com os objetivos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB nos Campi de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga ou outros que vierem a ser criados, firmar convênios, e parcerias com organizações locais e estaduais, nacionais e internacionais para intercâmbio e captação de recursos dentro dos objetivos da UESB.

**2- Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária, particularmente a NBCT 10.4 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas – FUNDAÇÕES – e normas da Comissão de Valores Mobiliários.

**3- Descrição das principais práticas contábeis:****a) Disponibilidades**

Compreende o saldo em Caixa e Depósitos bancários. Divergência entre extratos bancários e os saldos contábeis do Razão Analítico são esclarecidas com as conciliações bancárias internas da Fundação.

**b) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros), como também a Depreciação.

**c) Receita**

A Receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado.

**d) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Estão isentas do Imposto as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais

houveram sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos ( Lei 9.532/97 arts. 15 e 16. Não estão abrangidos pela isenção do imposto os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou renda variável.

**e) Direitos e Obrigações**

**Refletem os valores incorridos ate a data do Balanço.**

**f) Demonstrações das Mutações Patrimônio Líquido**

No exercício anterior foi apresentado no Balanço Social da Entidade um Superávit Acumulado no valor de R\$ 37.827,89, no entanto no encerramento do Exercício, apresentou um superávit no valor R\$ 12.636,16totalizando um montante acumulado de um Superávit de R\$ 50.464,05.A Entidade apresenta um Patrimonial Social de R\$ 2.500,00 conforme escritura publica de Constituição da Entidade, adicionado ao valor do Superávit acumulado do Exercício, conforme demonstrações do DMPL, formará o Saldo Contábil do Patrimônio Social no valor de R\$ 52.964,05.